

À Sec. Executiva
Encaminha-se
11/12. 2013
Prudente

INDICAÇÃO Nº 274 /2013

Indico à Mesa Diretora com fulcro no art. 169, da Resolução n. 86/90 Regimento Interno desta Casa, que seja endereçado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de viabilizar estudo e conseqüente envio a esta Casa Legislativa, do anteprojeto de lei em anexo cuja ementa: "Institui a Gratificação por Apreensão de Arma de Fogo no Estado e dá outras providências".

Sala das Sessões Deputado "FRANCISCO CARTAXO"

Rio Branco/AC 10 de dezembro de 2013



Deputado EBER MACHADO

PSDC

ANTEPROJETO DE LEI N. 12013

"Institui a Gratificação por Apreensão de Arma de Fogo no Estado e dá outras providências".

O GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado do Acre aprova e eu sanciono a seguinte lei:

A Assembleia Legislativa do Estado do Acre decreta:

Art. 1º - Em razão da apreensão de arma de fogo sem registro, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, é devido o pagamento da Gratificação por Apreensão de Arma de Fogo, quando efetivada no território do Estado por:

I - policiais militares do Acre;

II - policiais civis do Acre;

III - bombeiros militares do Acre, quando em serviço.

§ 1º - É devida a Gratificação aos policiais referidos nos incisos I e II deste artigo, inclusive quando efetuarem apreensão de arma de fogo.

§ 2º - A Gratificação é dividida e paga em partes iguais aos policiais militares, civis e bombeiros militares da guarnição ou equipe com participação efetiva na apreensão da arma de fogo que:

I - comparecerem a delegacia de polícia para os procedimentos legais cabíveis imediatamente após a apreensão;

II - assinarem auto de prisão em flagrante, procedimento de apuração de ato infracional, auto de apresentação e apreensão ou documento equivalente;

SI
6/1~
III - sejam relacionados na correspondente comunicação de ocorrência policial.

§ 3º - Caso a apreensão de arma de fogo seja efetivada por apenas um policial militar, civil ou bombeiro militar, a Gratificação é paga a ele integralmente.

§ 4º - Também fará jus à Gratificação o policial reformado ou aposentado que tenha apreendido ou participado de ato de apreensão de arma de fogo.

§ 5º - O policial militar ou civil ou o bombeiro militar, quando afastado do exercício regular de seus cargos, funções ou atividades por motivos disciplinares que o impeçam de portar arma, por motivos preventivos, por estar em cumprimento de pena ou por determinação judicial, não tem direito ao recebimento da Gratificação.

Art. 2º - A Gratificação por Apreensão de Arma de Fogo é paga nos seguintes valores:

I - revólver de calibre permitido: R\$400,00 (quatrocentos reais);

II - pistola de calibre permitido: R\$600,00 (seiscentos reais);

III - espingarda, carabina ou rifle de calibre permitido: R\$700,00 (setecentos reais);

Sala das Sessões Deputado "Francisco Cartaxo"

10 de dezembro de 2013.

Deputado **EBER MACHADO**

PSDC

JUSTIFICATIVA

Os fundamentos da presente proposta de projeto de lei devem ser analisados sob alguns aspectos: o primeiro é o aspecto social, com mais esta iniciativa, a presente proposição espera contribuir com a diminuição da violência crescente de mortes por arma de fogo, bem como diminuir também o numero de assaltos onde são utilizadas armas de fogo para rendição das vítimas.

Sala das sessões Deputado "Francisco Cartaxo"

10 de dezembro de 2013

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

Deputado Eber Machado

PSDC